



Impresso Especial
9912259023/2010-DR/SC
ALESC
... CORREIOS ...

ED. 395

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

AGRICULTURA FAMILIAR COBRA INCENTIVOS PARA AVANÇAR EM SC

Produtores reivindicam isenção fiscal para produtos orgânicos e valorização da alimentação saudável na merenda escolar

Apoio técnico e financeiro, isenção fiscal para produtos orgânicos, alimentação saudável na merenda escolar, capacitação e reciclagem dos técnicos e agricultores, estruturas de comercialização e internet na área rural foram algumas das reivindicações apresentadas, dia 31, pelos produtores de alimentos orgânicos em Santa Catarina.

Eles participaram de audiência pública que debateu a necessidade de ações para o avanço da agricultura orgânica em Santa Catarina, realizada no Plenário Osni Régis da Assembleia Legislativa.

Cerca de 3 mil famílias produzem alimentos orgânicos no estado, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A reunião integrou a programação local da Semana Nacional do Alimento Orgânico, instituída pelo Ministério da Agricultura no período de 31 de maio a 7 de junho, para divulgar e fomentar a atividade.



Produtores defendem políticas públicas de incentivo à permanência do jovem no campo como forma de garantir a sobrevivência do modelo da agricultura familiar

PÁGINAS 4 e 5

150 ANOS DA PARÓQUIA DE SÃO PEDRO APÓSTOLO



Deputados Jean Kuhlmann e Aldo Schneider entregam placa de homenagem para representantes da paróquia de Gaspar

ALBERTO NEVES

PÁGINA 3

APROVADOS

APOIO À ECONOMIA SOLIDÁRIA

AJUDA A MUNICÍPIOS

PROJETO JOVEM E IDOSO

PRÊMIO DE ESTÍMULO À CULTURA

INCENTIVO AOS ESCOTEIROS

PÁGINA 7



DIAGNÓSTICO DA SAÚDE NO ESTADO

A Comissão de Saúde está realizando uma série de Audiências Públicas com o objetivo de fazer um diagnóstico da situação da saúde no Estado e balizar os encaminhamentos que irá propor à Secretaria de Estado da Saúde e ao Governo do Estado. Os principais problemas levantados até agora são relativos à falta de autonomia na gestão, de qualificação em gestão hospitalar, falhas no gerenciamento do sistema de saúde, falta de funcionários e de valorização dos servidores. A intenção é levantar soluções que colaborem para sanar o preocupante quadro da saúde e renovar o fortalecimento do SUS.

Neste Raio X da Saúde Pública Catarinense, a Comissão tem se debruçado sobre os diversos problemas do setor. Das deficiências na atenção básica dos municípios, que, em boa parte, é responsável pela superlotação dos hospitais regionais à descentralização do atendimento em alta complexidade.

Das condições dos hospitais em todo o Estado, englobando os recursos físicos e materiais, como estrutura e equipamentos, aos recursos humanos, como a falta de investimentos na qualificação e valorização dos servidores.

Até o momento a Comissão já realizou audiências nas regiões dos municípios de Criciúma, Florianópolis, Taió, Chapecó e Lages. Estão programadas também as de Rio do Sul (03/06) e Itajaí (10/06). Também serão realizadas audiências para debater cirurgias represadas; relatórios de gestão do SUS pela Secretaria Estadual de Saúde; diabetes tipo 1 e distribuição de análogos de insulina; e, financiamento, tabela do SUS e novos programas do Ministério da Saúde com a presença do Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, pré-agendada para 8 de julho, na Alesc.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI (PT)



POLÍTICA PARA O CARVÃO

A Assembleia Legislativa deu um importante passo para colocar em evidência um dos mais importantes temas das conjunturas regional, estadual e nacional: a produção de energia a partir do aproveitamento do carvão mineral – obtida pelas termelétricas.

Por unanimidade, o Parlamento aprovou requerimento que cria o Fórum Parlamentar Permanente para acompanhamento dos trabalhos de participação de usinas termelétricas a carvão mineral nacional, nos próximos leilões de energia (conhecidos como leilões A-5). A intenção é incluir as termelétricas nesse importante leilão.

A criação do Fórum reforça a posição dos estados do Sul do Brasil. Recentemente, participamos da criação do primeiro desses fóruns, no Rio Grande do Sul, de onde foi tirado um documento

logo encaminhado ao governador daquele estado, Tarso Genro. Após a instalação de fórum semelhante em Santa Catarina, será entregue documento ao governador Raimundo Colombo com as condições e situação do setor em nosso estado. No fundo, as reivindicações são bastante semelhantes em ambos os estados.

O que Santa Catarina e o Brasil precisam é de uma política de governo para o setor e uma gestão de estado. As reivindicações que estão sendo tratadas refletem não só as principais necessidades de se dotar a área do carvão mineral de melhores condições, mas de fazer com que o estado e o país tenham uma visão mais moderna e realista do que o futuro nos reserva.

DEPUTADO VALMIR COMIN (PP)

DIA ESTADUAL DO VINHO

Teve início na manhã do dia 1º, no hall da Assembleia Legislativa, a I Mostra Comemorativa ao Dia Estadual do Vinho, com a exposição dos produtos de 23 vinícolas, provenientes de 15 municípios catarinenses. O evento, que se estendeu durante todo o dia, busca incentivar o setor vitivinícola catarinense e, desde 2009, está inserido no calendário estadual de festividades, através da Lei 14.711, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera (PT).

Na sessão plenária da tarde, o enólogo da Cooperativa

Cresol, de Tangará, Gilson Panceri Júnior, ocupou a tribuna para agradecer o apoio do Poder Legislativo, em especial aos deputados Padre Pedro (PT), Dirceu Dresch (PT) e Romildo Titon (PMDB), pela parceria no convencimento do consumidor catarinense de que os vinhos aqui produzidos são de alta qualidade.

No período da noite, a partir das 19 horas, aconteceu um ato comemorativo ao Dia do Vinho, proposto por Baldissera. Na próxima edição o AL Notícias trará a cobertura completa da solenidade.



Gilson Panceri Júnior, da Cresol, agradece apoio do Legislativo

AGENDA DA SEMANA

Dia 7, 17h – Expo Concórdia - Feira da Indústria e Comércio
Local: Hall e Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho

Dia 10, 9 horas – Comissão de Saúde - Audiência pública "Atenção básica em saúde, estratégia de saúde da família, UPAs, média e alta complexidade e hospitais na região da Amfri"
Local: Auditório do Curso de Direito da Univali - Itajaí

Mesa



Presidente: Gelson Merisio (DEM)
1º Vice-Presidente: Moacir Sopelsa (PMDB)
2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)
1º Secretário: Jailson Lima (PT)
2º Secretário: Reno Caramori (PP)
3º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)
4º Secretária: Ana Paula Lima (PT)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>
Tiragem: 8 mil exemplares
Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira
Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira
Edição: Cleia Maria Braganholo e Sandra Annuseck
Diagramação e Artes: Lucas Gabriel Diniz, Tiago Fontão Alexandre (estagiário) e Victor Carvalho Barbato (estagiário)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES
Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Alexandre José Back, Lisandrea Costa, Rossana Espezin, Tatiani Magalhães e Vitor Santos

Fotografia: Alberto Neves, Carlos Kilian, Danielle da Silva (estagiária), Eduardo Guedes de Oliveira, Fábio Queiroz, Janine Souza Costa (estagiária), Jéssica Luchi (estagiária), Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jussie Sedrez Chaves, Louisi Muller de Jesus (estagiária) e Patrícia Schneider de Amorim

Clipagem: Janine Souza Costa (estagiária), Lucas Gabriel Diniz e Moacir Cardoso

Expedição: Aionara Preis Gabriel (estagiária), Celso João da Rocha e Simone M. Alves

LEGISLATIVO HOMENAGEIA PARÓQUIA DE GASPAR

Igreja de São Pedro Apóstolo, que completou 150 anos em abril, é considerada uma das mais antigas de Santa Catarina

Com a presença de autoridades políticas e religiosos, a Assembleia Legislativa prestou homenagem, requerida pelos deputados Aldo Schneider (PMDB) e Jean Kuhlmann (DEM), destacando os 150 anos da Paróquia São Pedro Apóstolo. Cerca de 400 pessoas lotaram as dependências do Salão Paroquial Cristo Rei na noite do dia 26 de maio para prestigiar a solenidade, que relembrou a história da cidade e a contribuição da paróquia para sociedade de Gaspar e do Médio Vale do Itajaí.

Cartão-postal do município, a igreja matriz São Pedro Apóstolo, fundada em 25 de abril de 1861, é considerada uma das paróquias mais antigas e também celeiro de vocações. Há anos mantendo viva a presença franciscana, a igreja iniciou seus trabalhos a partir da criação da freguesia de São Pedro Apóstolo e tornou-se a primeira "igreja matriz" em todo extenso território catarinense. Representada pelo pároco Frei Germano Guesser e pelo Conselho Pastoral Comunitário, a igreja deu origem às paróquias: São Paulo Apóstolo, em Blumenau; Imaculada Conceição, na Bela Vista; Sagrado Coração de Jesus, em Belchior; Nossa Senhora do Rosário, no Barracão; e São Pio X, em Ilhota.

Em seu pronunciamento, Jean Kuhlmann ressaltou que os 150 anos de história retratam o crescimento do



Aplaudido pelos deputados Jean Kuhlmann, Maurício Eskudlark e Aldo Schneider, Frei Germano Guesser recebe placa do Legislativo

povo da região e o surgimento das comunidades. "A paróquia proporcionou a união das famílias e fez com que juntas trabalhassem pelo desenvolvimento da cidade, exercendo o papel do poder público. São inúmeras as ações desenvolvidas voluntariamente pela igreja, entre elas a Catequese, Grupos de Reflexão, Conferência Vicentina, Pastoral da Criança, Pastoral da Saúde, Jornal O Pescador", informou. Já Aldo Schneider ressaltou que é uma honra promover um evento tão grandioso. "É gratificante observar como um trabalho movido pela fé abre oportunidades e gera de-

envolvimento para uma comunidade que atua unida. A fé entusiasma este povo e fortalece os laços de família", comentou Schneider.

PAPEL SOCIAL

Presente no evento, o deputado Maurício Eskudlark (PSDB) observou que a homenagem é apenas um pequeno ato de demonstração de respeito à história e preservação da cultura religiosa que se fortaleceu no Médio Vale do Itajaí. "O papel social é visto através de ações e se fortalece com o apoio da igreja, que

sempre representa esperança ao povo indiferente de etnia, idade ou classe".

Na condição de homenageado da noite e pároco da São Pedro Apóstolo há dois anos, o frei Germano Guesser destacou que, mesmo com a proximidade do litoral e com atrativos que não existiam quando da implantação da freguesia, há 150 anos, o envolvimento da comunidade ainda é intenso e corresponde às necessidades da igreja. O religioso lembra que durante a construção da atual estrutura famílias inteiras mobilizaram-se para ajudar na obra, mantendo-se comprometidas até

hoje. "Temos uma tradição católica forte que envolve o povo. Isso faz com que a sociedade que participou da paróquia no passado se mantenha de prontidão a ajudar sempre que a igreja precisa, hábito passando de geração a geração".

Após os pronunciamentos, o Poder Legislativo entregou uma placa em homenagem à dedicação e perseverança dos fiéis que construíram a igreja matriz. Entre os trabalhos da paróquia está a celebração da união de 114 casais, o batizado de 415 crianças e a crisma de 410 jovens somente em 2010.

PAULO LOPES LANÇA A SUA ESCOLA DO LEGISLATIVO

A Escola do Legislativo Lício Mauro da Silveira, dirigida pelo deputado Joares Ponticelli (PP), presidiu, na noite do dia 26, o lançamento da Escola do Legislativo de Paulo Lopes. O evento ocorreu no auditório da Cooperativa de Eletrificação do município (Cerpalo) e foi prestigiada por servidores do Legislativo e do Executivo municipais, vereadores, lideranças comunitárias, jovens, além dos dirigentes da Escola do Legislativo da Assembleia e do palestrante da noite, o historiador Alvaro Loro.

A presidente da Câmara Municipal, vereadora Marize Menezes Wheeler, declarou que a Escola do Legislativo de Paulo Lopes será o caminho da educação para a cidadania dos servidores, lideranças e jovens do município, "visando mudar essa concepção negativa da política e formar os futuros dirigentes da comunidade". Para o presidente da Cerpalo, Nilso Pedro Pereira, a iniciativa merece todo apoio. De acordo com o empresário, "só a educação mudará o país".

O secretário municipal de Educação, Valdelir Sartor, afirmou que a escola deverá focar na formação

do cidadão, tornando-o mais ético, crítico e participativo. O vice-prefeito, Cacildo Antonio Geremias, declarou a satisfação de poder "contar com um pedacinho da Assembleia em Paulo Lopes" e enfatizou a necessidade da educação para que os jovens voltem seus olhos para a política.

Para o presidente da Escola do Legislativo de Paulo Lopes, vereador José Antonio Rogério, o objetivo será qualificar os servidores, os agentes políticos, além de levar aos jovens lições de cidadania.

Alvaro Loro ressaltou a generosidade da Escola do Legislativo da Assembleia de se fazer presente junto daqueles que têm a humildade de querer aprender.

O deputado Joares Ponticelli encerrou a solenidade descrevendo o quanto a Assembleia e os trabalhos dos parlamentares melhoraram por causa da Escola do Legislativo estadual. Segundo seu presidente, "agora é hora de exportar as experiências que deram certo para os outros parlamentos catarinenses".



Presidente da Escola da Assembleia, Joares Ponticelli, prestigia ato

CAPACITAÇÃO PARA VEREADORES NO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA

Cerca de cem vereadores e servidores participaram dia 27 de maio do Programa de Capacitação do Legislativo Municipal realizado em São Miguel do Oeste pela Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira. O objetivo foi promover a atualização dos integrantes das 19 câmaras que compõem a Associação de Vereadores do Extremo Oeste de Santa Catarina (Aveosc).

O presidente da Escola do Legislativo, deputado Joares Ponticelli (PP) abriu o evento, com uma mensagem por vídeo na qual salientou a importância da capacitação permanente para garantir a qualidade do serviço público. "Eu sempre digo que o nariz do vereador está mais próximo do dedo do povo", enfatizou.

A primeira palestra foi ministrada pelo auditor fiscal de controle externo do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE), João Luiz Gattringer que destacou o relacionamento entre Tribunal e câmaras na área de fiscalização da esfera pública, aplicação de recursos e

prestação de contas. A segunda palestra foi proferida pelo presidente da União de Vereadores de Santa Catarina (Uvesc) e vereador de Chapecó, Itamar Antônio Agnoletto (PSDB). Ele esclareceu como proceder quanto à aplicação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 333/2004 que modifica a composição das câmaras aumentando o número de vagas em proporção ao número de habitantes.

No período da tarde, o bacharel em direito e analista judiciário do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), Edson Ricardo Régis explicou os vários aspectos da desincompatibilização para as eleições do próximo ano. Ele também analisou a reforma política, outro tema complexo que divide opiniões. O Código Florestal, que está em plena negociação na Câmara Federal, e os requisitos para os licenciamentos ambientais foram os destaques da palestra da engenheira ambiental Karine Denise Posser e do engenheiro florestal Gabriel Sossemeyer.

PRODUTORES DE ALIMENTOS ORGÂNICOS QUEREM INCENTIVOS

Audiência pública aponta para inclusão da alimentação saudável na merenda escolar, apoio técnico e financeiro, isenção fiscal, capacitação e reciclagem de técnicos

Os produtores rurais catarinenses estão mobilizados em busca de apoio técnico e financeiro, isenção fiscal para produtos orgânicos, alimentação saudável na merenda escolar, capacitação e reciclagem dos técnicos e agricultores, além de estruturas de comercialização e internet na área rural. Eles apresentaram as reivindicações, dia 31, em audiência pública que debateu a necessidade de ações para o avanço da agricultura orgânica em Santa Catarina, realizada no Plenário da Assembleia Legislativa. O evento foi incluído na programação da Semana Nacional do Alimento Orgânico, instituída pelo Ministério da Agricultura no período de 31 de maio a 7 de junho, para divulgar e fomentar a atividade.

A audiência pública foi proposta

pelos deputados petistas Dirceu Dresch, Neodi Saretta e Padre Pedro Baldissera e viabilizada pelas comissões de Agricultura e Política Rural, presidida pelo deputado Aldo Schneider (PMDB), e de Turismo e Meio Ambiente, presidida por Saretta. Cerca de 3 mil famílias produzem alimentos orgânicos no estado, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os produtores orgânicos ressentem-se da falta de apoio para alavancar a produção, conforme explicou o representante da Rede Ecovida, Ivo Macagnan. Dentre outras reivindicações, destacou-se o pedido de uma política de isenção fiscal por parte do governo do Estado, de modo a alavancar a atividade por um determinado período. "Não precisa ser um incentivo perma-

nente, mas por tempo determinado, pois a produção de orgânicos é predominantemente composta de agricultores familiares", ponderou Macagnan.

A presença do tema alimentação saudável na formação escolar, o fornecimento de comida orgânica para a merenda escolar, subsídio financeiro e apoio técnico para a transição agroecológica, capacitação e reciclagem dos técnicos e agricultores, contratação de especialistas na área, via concurso público, e estrutura de comunicação na área rural foram outras reivindicações apresentadas pelos produtores. A criação de estruturas de comercialização e apoio à transição para os produtores de fumo que desejam deixar a atividade também foram defendidas.

SC NÃO CUMPRE LEI FEDERAL PARA INCLUIR PRODUTO FAMILIAR NA MERENDA ESCOLAR

Os produtores lamentam o descumprimento, em Santa Catarina, da lei federal que obriga a aquisição de 30% dos produtos destinados à merenda escolar da agricultura familiar. "Essa é a realidade do processo de terceirização da merenda escolar no estado", denunciou o presidente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea/SC, Natal João Magnanti.

O deputado Dirceu Dresch (PT) afirmou que as tensões demonstra-

das durante a audiência resultam da opção pelo modelo de produção e da relação de mercado. Ele cobrou da Secretaria de Agricultura mais presença junto aos agricultores, tanto em pesquisa quanto em assistência técnica, e disse que política pública de acesso aos mercados deve passar pela compra institucional de produtos para merenda escolar e pela valorização da alimentação saudável, com investimento em divulgação e marketing.

As propostas debatidas durante a audiência devem ser discutidas regionalmente, na opinião do deputado Padre Pedro Baldissera, que propôs a realização de audiências públicas regionais sobre o tema. Já o deputado Volnei Morastoni (PT) lembrou que a alimentação saudável está na base da promoção da saúde, que deve ser objeto de um esforço concentrado, uma vez que hoje toda a atenção governamental está voltada para a doença.



Público acompanha discussões em torno da defesa da valorização da alimentação saudável



Proposta pelos deputados Dirceu Dresch, Neodi Saretta e Padre Pedro, audiência integra programação da Semana Nacional do Alimento Orgânico

REPRESENTANTES DO EXECUTIVO APONTAM SOLUÇÕES

Em resposta aos pedidos de agricultores que defenderam a necessidade de incentivo à permanência da juventude no meio rural, o secretário adjunto de Agricultura, Aírton Spies, concordou que a sobrevivência do modelo da agricultura familiar passa pela manutenção dos jovens no campo.

"Precisamos trabalhar em cima das carências do espaço rural, pois são elas que tornam o campo menos atrativo para o jovem."

Quanto à reivindicação de apoio técnico e de pesquisa, o presidente da Epagri, Luiz Hessmann, reiterou o compromisso da empresa com a alimentação orgânica, em especial pela vocação de seu corpo técnico de pesquisadores. Ele destacou a importância da organização das redes de produtores e do envolvimento dos municípios.

Em relação aos problemas de comercialização, o delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em Santa Catarina, Jurandir Gurgel, propôs parceria com o Programa de

Desenvolvimento Territorial, que disponibilizou ao estado 20 caminhões frigoríficos, os quais poderiam ser empregados na distribuição dos alimentos orgânicos.

Ele também sugeriu que as redes de produtores locais firmem convênio com o Estado para utilização de parte dos 22 boxes da Ceasa da Grande Florianópolis que foram financiados pelo MDA para comercialização de produtos da agricultura familiar, e atualmente encontram-se ociosos.

CONCEITO

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação - FAO, a agricultura orgânica é um sistema holístico de produção de alimentos que observa a biodiversidade e os ciclos biológicos, com práticas de manejo sustentáveis.

Apesar dos avanços da agricultura orgânica, o Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking mundial de consumo de agrotóxicos.



Para esclarecer a população sobre a importância do uso de produtos orgânicos, cooperativas, empresas e associações de produtores ofereceram, dia 31, café da manhã no hall do Palácio Barriga Verde, com produtos orgânicos produzidos no estado

ESCOLA CIDADÃ MOBILIZA SÃO LOURENÇO

O município de São Lourenço do Oeste foi sede dia 26 do encerramento do Programa Escola Cidadã: Faça Parte desta Construção, desenvolvido pela Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira. O projeto foi iniciado em outubro de 2010 com o compromisso de desenvolver a cidadania e contribuir para a formação de lideranças jovens. Participaram cerca de 3 mil alunos do ensino médio e fundamental de 17 escolas distribuídas em 10 municípios que formam a Associação de Câmaras Municipais do Noroeste de Santa Catarina (Acanor). No CTG Amizade sem Fronteiras, 400 alunos estão diretamente envolvidos, durante todo o dia, em apresentações de teatro, dança, música, vídeo e outras formas de expressão abordando o tema cidadania.

O presidente da Escola do Legislativo, deputado Joares Ponticelli (PP), mandou em vídeo sua mensagem de agradecimento a Acanor e de incentivo ao programa. No CTG, estavam reunidas as lideranças políticas do Executivo e do Legislativo da Acanor que falaram sobre suas experiências e incentivaram os jovens a conhecer e participar do processo político no estado e no país. Naudir José Cadore, vereador de Novo Horizonte, presidente da associação, disse que essa parceria foi uma excelente ideia para o desenvolvimento dos estudantes na área política, "para que eles conheçam o Parlamento e saibam identificar a função de cada poder".

Entre as lideranças que prestigiaram o programa estava o mais antigo agente político da região ainda em exercício, o prefeito de Novo Horizonte, Santos Zilli, 75 anos, que foi também o primeiro prefeito do município de São Lourenço do Oeste. Ele iniciou sua carreira pública em 1969 e a sua mensagem para os estudantes foi a seguinte:



Cerca de 3 mil alunos de 17 escolas participam da iniciativa

"não tenham medo da política, nem todo político é corrupto. Precisamos ocupar o espaço com gente boa e preparada".

O conselho foi compartilhado pela mais jovem vereadora de Santa Catarina, Soeli Coelho, 26 anos. Soeli conta que enfrentou todas as adversidades para conquistar o lugar na história do município de Coronel Martins como primeira mulher eleita para a Câmara de Vereadores. Ela quer repassar aos jovens sua experiência e incentivar principalmente a participação feminina. "Minha família não votou em mim pelo fato de eu ser mulher, mas eu venci com um trabalho sério que já está dando frutos para minha cidade", afirmou.

A estudante Thais Burato, 16 anos, também de Coronel Martins, aluna da Escola Básica Municipal Professora Olga Nunes de Abreu, garantiu que ela e muitos colegas já encaram a política de uma forma diferente. "Mudamos nossos conceitos, alguns pensam até em desenvolver uma carreira", ponderou. Com apenas 13 anos, mas já com alguma experiência no assunto, Vanuza Flor, aluna da Escola Básica

Municipal São Lourenço do Oeste, foi ao encontro na condição de vereadora mirim do município. Ela foi eleita por seus colegas maiores de 12 anos e participa da Câmara Jovem ativamente com apresentação de propostas e outras ações.

Este é o resultado esperado pelo vereador Walmor José Pedersseti, presidente da Câmara Municipal de São Lourenço do Oeste. "Estamos formando cidadãos mais conscientes", garantiu. Ele também comemora a descentralização dos eventos da capital. "É importante para os representantes do poder que conheçam a nossa realidade e também para a comunidade que se sente valorizada com a presença da Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira", analisou.

A professora Ignez Peruzzo, diretora do Cedup, unidade de Campo Eré, representou as diretoras das escolas participantes. Segundo ela, o programa oferece uma outra visão de mundo para os alunos. Na sua escola, por exemplo, estudantes de ensino médio e agropecuária elaboraram trabalhos sobre o tema no grêmios estudantis.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DEBATE

Promovido pela Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, dia 31, no Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo de Nêes, em Chapecó, o Seminário "Plano Nacional de Educação: pensando um novo PNE". A iniciativa teve como propósito debater, junto a autoridades e educadores, o novo PNE proposto pelo Projeto de Lei nº 035/10, do governo federal, que está tramitando no Congresso.

O encontro, que reuniu aproximadamente mil pessoas, contou com a participação do presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Assembleia Legislativa,

deputado Carlos Chiodini (PMDB), da vice-presidente, a deputada Luciane Carminatti (PT), e do deputado Mauro de Nadal (PMDB). "O Brasil não é mais o Brasil de 10 anos atrás. A nossa necessidade é olhar para o futuro. Qual é a nossa função como agente público?", ressaltou Chiodini. Já a deputada Luciane lembrou que a base de toda a sociedade é o professor. "Hoje em Santa Catarina nós perdemos para um salário mínimo regional", frisou. A matéria encaminhada em dezembro de 2010, pelo Ministério da Educação, traça diretrizes e metas para a educação com prazo de 10 anos.

PRÓXIMOS ENCONTROS

- 27 de junho - Blumenau
- 1º de julho - São Miguel do Oeste
- 08 de julho - Lages
- 15 de julho - Florianópolis
- 18 de julho - Criciúma
- 15 de agosto - Joinville

LEGISLATIVO ANUNCIA CORTE EM SALÁRIOS

Presidente da Assembleia informa que vencimentos dos servidores não podem superar teto de R\$ 20.042,35

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio (DEM), anunciou que nenhum salário de servidor legislativo será superior ao valor do vencimento dos deputados estaduais de Santa Catarina, atualmente de R\$ 20.042,35. O teto já era aplicado anteriormente, mas não considerava triênios e demais vantagens, que a partir desta quarta-feira, 1º de junho, passam a ser contabilizados. A decisão reduz automaticamente os salários de cerca de 100 servidores ativos e inativos. A exceção é a carreira jurídica, cujo teto, por lei, é o vencimento de desembargador - R\$ 24.142,00 -, onde se enquadram aproximadamente 30 servidores.

“O Poder Legislativo preza a transparência e fornece todas as in-

formações solicitadas. Respeitamos a opinião pública e precisamos dar respostas à sociedade. Não existe uma caixa preta”, afirmou.

Merisio também tomou providências quanto ao elevado número de aposentadorias por invalidez. Dos 455 servidores inativos do Parlamento, 211 foram afastados por invalidez. “Temos que reconhecer que muitas aposentadorias estão concentradas em poucos anos”, analisou o presidente. O maior número de casos ocorreu nos anos de 1982, com 76 processos; de 1981, com 15 processos e, mais recentemente, 2003, com 21 processos.

Além disso, há denúncias de que servidores aposentados nestas condições estariam infringindo a lei

ao continuar trabalhando em outros órgãos ou na iniciativa privada. Para facilitar a fiscalização, a Assembleia reuniu os 211 processos de aposentadoria por invalidez, emitidos de 1956 até 2009, e os colocou à disposição do Ministério Público e do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (Iprev-SC) que, segundo o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Estaduais, artigo 150, parágrafo 9º, tem a prerrogativa de determinar a instauração de processo administrativo competente para a apuração dos fatos. “Este é um tema difícil para ser tratado por qualquer órgão, mas está sendo conduzido de forma tranquila e serena pelo Legislativo catarinense”, concluiu o presidente.



CARLOS KILIAN

Em coletiva, Merisio também fala das aposentadorias por invalidez

COMISSÃO DE DEFESA CIVIL GANHA NOVO NOME

Acatando a sugestão do deputado Kennedy Nunes (PP), presidente da Comissão de Defesa Civil, a deputada Angela Albino (PCdoB) e os deputados Dado Cherem (PSDB), Dirceu Dresch (PT), José Nei Ascari (DEM), Aldo Schneider (PMDB) e Manoel Mota (PMDB), membros do grupo de trabalho, aprovaram em reunião realizada dia 31 a troca de nome da comissão para Comissão de Proteção Civil. De acordo com os parlamentares, a ideia é abranger e trabalhar os acontecimentos antes de ocorridos, com informações preventivas.

De acordo com Kennedy, a inicia-

tiva de mudar vem de Brasília. “Assim como a Comissão de Defesa Civil do Senado Federal, também acreditamos que se trabalharmos voltados para a proteção, ao invés de apenas defender estaremos contribuindo para redução de ocorrências. A proteção abrange o antes, o durante e o depois”, explicou. Kennedy informou ainda que a intenção é preparar agentes para atuar na prevenção, evitando as tragédias.

Além da troca de nome, a comissão aprovou o Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 422/08, de autoria do deputado Gelson Merisio (DEM), que institui o Programa de Habitação Popular em Santa Catarina.

Na condição de presidente da Comissão, Kennedy convidou os parlamentares para participar da audiência pública que acontecerá dia 3, às 9h30min, no Parlamento. O encontro será o primeiro de uma série de cinco audiências, uma em cada região do país.

“Vamos debater com técnicos especialistas vindos dos três estados do Sul experiências sobre catástrofes climáticas visando a criar uma legislação mais moderna que invista fortemente em preservação, com recursos disponíveis em caso de necessidade de reconstrução”, ressaltou o parlamentar.

FINANÇAS RECEBE RELATÓRIO PRELIMINAR DA LDO

Em reunião presidida pelo deputado Gilmar Knaesel (PSDB), a Comissão de Finanças e Tributação recebeu dia 1º o relatório preliminar do Projeto de Lei nº 140/2011, de origem do Executivo, que trata das diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2012. O relatório será votado na próxima sessão. “Na leitura do relatório procuramos dar o conhecimento dos principais pontos do projeto e chamar a atenção para as questões que julgamos que precisam ser corrigidas”, afirmou Knaesel, relator do PL.

Conforme o cronograma da proposta, que tramita em regime especial, o dia 15 ficou como prazo final para a apresentação de emendas e o dia 29 para a apresentação do parecer final e entrada na Ordem do Dia.

Por iniciativa do deputado Darci de Matos (DEM) o tema do financiamento da Educação em Santa Catarina também entrou na pauta dos debates. O parlamentar sugeriu ini-

ciar as negociações com os membros dos poderes públicos para retirar as verbas do Fundo da Educação Básica (Fundeb) do caixa comum do governo.

A deputada Luciane Carminatti (PT) acrescentou que tramita na Casa o PL 189/2011, de sua autoria, preven-

do a recomposição da base de cálculo do Fundeb visando à manutenção e investimento em Educação. Atualmente, explicou, dos R\$ 1,647 bilhão recebidos por Santa Catarina em 2011, R\$ 265 milhões são distribuídos para os poderes do estado.



JONAS LEMOS CAMPOS

Na reunião, deputados reacendem discussão em torno de mudanças no Fundeb

CCJ DÁ SINAL VERDE PARA PROGRAMA REVIGORAR III

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou, dia 31, o Projeto de Lei nº 179/2011, que institui o Programa Catarinense de Revigoração Econômica - Revigorar III. De iniciativa do governo, o PL visa promover a regularização de devedores de impostos como o ICMS e IPVA.

A matéria, cujo relator é o deputado Elizeu Mattos (PMDB), líder do governo na Casa, foi aprovada por maioria, com voto contrário do deputado Volnei Morastoni (PT), representando o posicionamento do seu partido. “Acreditamos ser uma medida importante de que o governo lança mão, mas vamos aguardar a sequência da tramitação para podermos aprofundar os debates

sobre ela”, disse o parlamentar de oposição. O projeto, que tramita em regime de urgência, segue para análise na Comissão de Finanças e Tributação.

A reunião da CCJ foi acompanhada por representantes de diversas regionais da Associação Catarinense de Professores, interessados no arquivamento da Medida Provisória 188/2011, de autoria do Executivo. A proposição fixa o valor do vencimento máximo para os cargos de carreira, sem alterar os respectivos níveis e referências, do magistério público com regime de 40 horas semanais. Recebida pelo Legislativo no dia 23, a Comissão aguarda análise da proposição pelo deputado Elizeu Mattos (PMDB), a quem coube a relatoria.

SEGURANÇA PROGRAMA AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

A Comissão de Segurança Pública, presidida pelo deputado Marcos Vieira (PSDB), aprovou na manhã do dia 1º a realização de duas audiências públicas. Por iniciativa do deputado Maurício Eskudlark (PSDB), a cidade de Porto União irá receber, no dia 17 de junho, audiência pública para discutir o aumento da criminalidade na região. O município, que faz limite com a cidade parana-

ense de União da Vitória, perfaz um aglomerado habitacional de 85 mil pessoas, separadas apenas por uma linha férrea, o que vem prejudicando os serviços de segurança.

A segunda audiência irá discutir a atuação dos psicólogos no sistema prisional catarinense. Ainda sem data e local definidos, o evento é uma iniciativa da deputada Ana Paula Lima (PT).

EMPRESA DE TELEFONIA COMBATE DENGUE

A Comissão de Saúde recebeu representantes de uma empresa de telefonia que, em parceria com o Ministério da Saúde, realiza campanha de combate à dengue no estado. Estão sendo lançados 300

mil cartões-telefônicos no estado com o logotipo da Campanha de Combate à Dengue e orientações para o combate ao Aedes aegypti. Serão impressos ainda banners e veiculados spots publicitários.

VALOR À ECONOMIA SOLIDÁRIA

PEC vai possibilitar apoio a 1.300 empreendimentos em SC

Os deputados aprovaram por unanimidade, na sessão do dia 31, proposta de emenda à Constituição de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera (PT), incluindo no inciso I do art. 136, a expressão "economia solidária".

A adição possibilitará o apoio estatal para cerca de 1.300 empreendimentos solidários em Santa Catarina. Segundo o autor, a PEC diz respeito às iniciativas de economia solidária, que já passam de 1,3 mil empreendimentos em SC.

A justificativa da matéria trata de experiências exitosas, desde associações de artesãos, até cooperativas de agricultores e agricultoras, todas alcançando resultados significativos, em que a forma de produção, de consumo e de distribuição são voltados à valorização das pessoas, e não dirigidos à simples acumulação de capital.

Padre Pedro agradeceu a aprovação unânime do projeto. Na mesma sessão, os parlamentares ainda aprovaram o Projeto de Lei nº



FABIO QUERNOZ

Padre Pedro agradece apoio unânime à emenda, que inclui inciso ao artigo 136

132/11, do Executivo, autorizando a compensação financeira de créditos do Estado junto ao Badesc, para atendimento emergencial de atividades empresariais em municípios atingidos por catástrofes climáticas.

Também foram aprovados os projetos de lei nº 239/11, de autoria do deputado Edison Andrino (PMDB), dispondo sobre programa

de incentivo à instrução e à educação escoteira; o PL nº 372/10, do deputado Gilmar Knaesel (PSDB), instituindo o prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura; e o PL 606/09, do deputado Antônio Aguiar (PMDB), dispondo sobre a obrigatoriedade de projetos sociais com interações entre jovens e idosos nas escolas da rede pública estadual (leia detalhes abaixo).

CULTURA

O Projeto de Lei nº 372/2010, do deputado Gilmar Knaesel (PSDB), institui o Prêmio "Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura". O prêmio pode ser conferido a pessoas físicas ou jurídicas catarinenses vencedoras de concurso público de artes populares e visuais, dança, letras, música, patrimônio cultural e teatro. As despesas em decorrência da lei correrão por conta de dotações orçamentárias do Fundo Estadual de Incentivo à Cultura (Funcultural).

PROGRAMA

O Projeto de Lei nº 606/09, do deputado Antônio Aguiar (PMDB), autoriza o Executivo a instituir o Programa Estadual de Ensino Projeto Jovem e Idoso na rede estadual. O objetivo é promover integração entre os educandos e a terceira idade, incluindo visitas aos lares de idosos, grupos de terceira idade e na comunidade em geral. O programa deve oferecer atividade de lazer sadia e educativa para o jovem e o idoso, com aulas de informática, apresentações culturais, exames de saúde, entre outros.

ESCOTEIRO

O Projeto de Lei nº 139/11, de autoria do deputado Edison Andrino (PMDB), que define o que venha a ser considerado Grupo Escoteiro. Trata-se de um órgão destinado à prática de escotismo, formado por voluntários de acordo com os paradigmas atinentes a cada ramo de faixa etária.

A matéria prevê a autorização para celebração de convênios entre o Executivo e entidades dedicadas à prática do escotismo, na forma do seu estatuto social e declaradas de utilidade pública estadual.

PROFESSORES PEDEM INTERVENÇÃO LEGISLATIVA NA NEGOCIAÇÃO COM EXECUTIVO

A greve dos professores voltou a dominar os debates nas sessões ordinárias da semana. A deputada Ana Paula Lima (PT) declarou o apoio da bancada do Partido dos Trabalhadores à "aplicação do piso do magistério em cima do plano de carreira".

Ana Paula pediu ao líder do governo, deputado Elizeu Mattos (PMDB), para agendar uma audiência com o governador com a participação da Associação Catarinense dos Professores (ACP), o Sinte e parlamentares.

O deputado Dirceu Dresch (PT) fez um apelo ao governador: "Volte a negociar". O parlamentar lembrou que o estado, "em vez de

se preparar para pagar o piso, preferiu entrar com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal". Ele alertou que a estratégia do governo é transferir a responsabilidade da aplicação do piso ao governo federal.

Todavia, o deputado Darci de Matos (DEM) recordou aos parlamentares que o Procurador Geral da República, quando do julgamento da Adin, recomendou aos ministros do STF que aprovassem o piso, porque o governo federal repassaria recursos aos estados fazerem frente às despesas decorrentes.

Ana Paula Lima reagiu e afirmou que o governador "vai passar

vergonha ao falar como o ministro da Educação". Segundo a deputada, o estado precisará demonstrar, através de uma planilha, que os recursos da educação são insuficientes para bancar o piso.

Convidada por Ana Paula, a presidente da Associação Catarinense dos Professores (ACP), Maria Andrade Silva, discursou da tribuna e afirmou que os professores estão em greve para garantir a aplicação de uma decisão judicial. Ela lembrou os parlamentares da "grave responsabilidade, eis que são os responsáveis pela educação ou deseducação em Santa Catarina". Maria Silva pediu respeito aos professores.

NA TRIBUNA

INVESTIMENTOS

O deputado Antônio Aguiar (PMDB) destacou a viagem que realizou à Europa, em companhia do governador Raimundo Colombo. Segundo Aguiar, afirmou que a comitiva convidou empresários europeus para que "venham produzir aqui em Santa Catarina, para dar empregos ao nosso trabalhador". O deputado Elizeu Mattos (PMDB), também presente na comitiva, garantiu que a viagem foi "altamente produtiva, que logo vai dar frutos".



Aguiar: Brasil é bola da vez

IGP DE BLUMENAU

O deputado Jean Kuhlmann (DEM) destacou a visita que fez ao Instituto Geral de Perícias (IGP), de Blumenau, que sofre pela falta de recursos. Segundo o deputado, o governo pecou ao tornar o IGP uma estrutura independente e não dotá-lo dos recursos orçamentários necessários ao seu funcionamento. Kuhlmann voltou também a cobrar a duplicação da BR-470 lembrando que nos cinco primeiros meses de 2011 ocorreram 40 mortes na rodovia.



Kuhlmann: desenvolvimento

DENÚNCIA

O deputado Edison Andrino (PMDB) denunciou que há mais de seis meses nove embarcações pertencentes ao Ministério da Pesca encontram-se paradas em uma marina do Sul do estado.

De acordo com Andrino, cada embarcação custou cerca de R\$ 500 mil e que, portanto, são mais de R\$ 4 milhões mal empregados, uma vez que esses barcos não estão sendo utilizados.



Andrino: embarcações paradas

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL

O deputado estadual Marcos Vieira (PSDB) representou a Assembleia Legislativa, dia 26, no lançamento o Consórcio Intermunicipal da Fronteira (CIF). Cerca de duas mil pessoas prestigiaram a solenidade no Clube Independente, em Dionísio Cerqueira (Santa Catarina) que, junto com Barracão e Bom Jesus do Sul (ambos do Paraná) e Bernardo de Irigoyen (Argentina), integram o projeto que vai melhorar a vida de 42 mil pessoas.



Marcos Vieira: projeto

“A ADOÇÃO É UM ATO ESPONTÂNEO E NATURAL. O CORAÇÃO, BATE MAIS FORTE, OS OLHOS BRILHAM.”

(FÁBIO, PAI ADOTIVO DE TRÊS IRMÃS)



Amor incondicional é aquele que desconhece o tempo e qualquer outro limite que possa existir. A adoção tardia e de irmãos é uma prova disso. Crianças que já tiveram uma história e dividiram momentos difíceis da vida merecem um final feliz. E você pode fazer como o Fábio e a Mariah: virar uma página e escrever um novo capítulo para quem precisa de muito amor.

Para saber mais, acesse www.portaladocao.com.br

